



ESTUDO DE CASO SOBRE AS MULHERES AGRICULTORAS DA COMUNIDADE DE ITACUPÉ NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ

Maria Auxiliadora Silva Pimentel

Graduanda de Licenciatura em Educação do Campo (Habilitação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará, Campus Abaetetuba.

Ana Carla Viera Pimentel

Mestranda em Cidades Territórios e Identidades (PPGCITI/UFPA). Graduada em Licenciatura em Matemática. Universidade Federal do Pará, Campus Abaetetuba.

Carlos Vieira Pimentel

Graduado em Licenciatura em Educação do Campo (Habilitação em Licenciatura em Matemática). Universidade Federal do Pará, Campus Abaetetuba.

Roberta Rowsy Amorim de Castro

Engenheira Agrônoma, Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Professora da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, Universidade Federal do Pará, Campus Abaetetuba..

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade apresentar a relevância feminina na agricultura familiar da Comunidade de Itacupé, município de Abaetetuba-PA. A metodologia empregada se baseia em uma abordagem qualitativa, especificamente um estudo de caso, no qual foi feito o uso de entrevistas estruturadas e coleta de narrativas de duas mulheres agricultoras da Comunidade. Verificou-se que atualmente muitas mulheres passaram a ser as principais responsáveis pela agricultura em suas propriedades, exercendo todas as atividades produtivas e forte influência sobre a renda familiar, cenário este decorrente dos homens terem ido trabalhar nas empresas no complexo industrial de Barcarena. Resta saber se tal cenário, em que as mulheres se mostram bastante representativas, é uma situação temporária em função do trabalho externo exercido pelos homens ou se a ascensão das mulheres enquanto agricultoras permanecerá em longo prazo e incidirá em conquistas e garantia de direitos.

Palavras Chaves: Agricultura Familiar. Comunidade de Itacupé. Mulheres.

1 INTRODUÇÃO

Em relação ao trabalho no meio rural, especificamente na agricultura, há diversos estudos que mencionam que geralmente, nesse contexto, o papel atribuído as mulheres está voltado para as atividades domésticas, o que socialmente impõe uma visão de que estas não trabalham (GALIZONI; RIBEIRO, 2004). Para estes autores, essa conjuntura reflete a “invisibilidade” do trabalho feminino e o não reconhecimento das trabalhadoras rurais, o que incide também na dificuldade dessas acessarem direitos básicos previstos em lei, excluindo-as das políticas de desenvolvimento.

Cordeiro e Scott (2007) complementam ao mencionar que a participação produtiva feminina ou o tema gênero e ruralidade são pouco citados nos estudos sobre agricultura familiar em decorrência de uma rígida divisão sexual do trabalho imposta historicamente, o que faz desse campo de atuação pouco favorável às mulheres, e acaba por favorecer a



invisibilidade do seu potencial produtivo na agricultura familiar e uma subestimação da sua participação econômica.

Contudo, há de se destacar que pouco a pouco essa visão está sendo modificada, muito em função de pesquisas científicas sobre o trabalho feminino, em especial na área rural, e também da organização coletiva de grupos de mulheres trabalhadoras rurais que se uniram em prol da busca por direitos (CORDEIRO; SCOTT, 2007).

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a importância da agricultura familiar desenvolvida por mulheres na Comunidade de Itacupé, município de Abaetetuba, Pará. Para tanto, discutiremos sobre as concepções de mulheres agricultoras e como estas se veem dentro do espaço da agricultura familiar e a sua identidade enquanto mulher e camponesa desenvolvendo essa atividade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, cuja metodologia utilizada foi o estudo de caso, que segundo Ponte (2006, p.2)

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse.

A amostra do trabalho foram duas mulheres agricultoras da comunidade, com as quais foram realizadas entrevistas individuais para a coleta de narrativas. De forma complementar foram coletados dados através de conversas e observação direta para análise e interpretação da realidade local.

A localidade do Itacupé fica localizada na PA 481 no Km 09 da zona rural do município de Abaetetuba, a 30 minutos da sede da cidade, e também faz parte do Distrito de Vila de Beja, o qual fica a uma distância aproximada de 7 km da mesma. Na comunidade residem aproximadamente 200 famílias que tem como principais fontes de trabalho empresas terceirizadas, em virtude da proximidade com o polo industrial do município de Barcarena-PA, além do trabalho na agricultura familiar.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR E O PAPEL DAS MULHERES NA COMUNIDADE DE ITACUPÉ, MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA

Na comunidade de Itacupé a agricultura familiar sempre foi muito forte, onde diversas famílias trabalham em suas propriedades com a ajuda unicamente dos membros familiares,



sem o uso de grandes máquinas e se preocupando com a proteção e conservação do meio o qual estão inseridos.

Diversas famílias sobrevivem do plantio e comercialização de produtos advindos da produção agrícola de pequena escala, pois estes utilizam instrumentos e técnicas rudimentares para o plantio e coleta dos produtos, ainda sem grandes incentivos de políticas públicas para o melhoramento das práticas de manejo. Assim, são cultivados produtos como: mandioca, açaí, milho, arroz, cupuaçu, coco, entre outros, para a subsistência das famílias, garantida pela comercialização e pelo consumo do que é produzido.

Desse modo, a agricultura familiar é muito significativa para os moradores da comunidade de Itacupé, visto que para muitas famílias é a única fonte de renda, e também para onde direcionam toda mão-de-obra familiar.

Na comunidade, em virtude do grande número de moradores homens que trabalham em empresas no polo industrial de Barcarena, o trabalho na agricultura, em muitas famílias, tem como principais responsáveis às mulheres, seus filhos e parentes próximos. As mulheres trabalham desde muito cedo na agricultura familiar, desde criança como vemos nas falas das entrevistadas quando perguntadas: Há quanto tempo trabalham na agricultura familiar?

Desde os 10 anos, nessa época estudava de manhã e ajudava o papai e mamãe, não era um serviço pesado (Entrevistada 01).

Desde que me entendo por gente trabalhei com minha mãe quando era solteira, depois que casei continuo trabalhando, ainda não parei (Entrevistada 02).

Como uma prática comum em muitas comunidades camponesas, o trabalho na agricultura começa ainda quando crianças e após terem suas próprias famílias continuam com a mesma prática, a qual é transmitida através das gerações.

Quando as entrevistadas foram perguntadas se o trabalho na agricultura é suficiente para sustentar sua família, as mesmas responderam:

Não. Porque a produção é mais para consumo, não vendemos na feira (Entrevistada 01).

Por enquanto ainda não, pois não tem como escoar nossos produtos (Entrevistada 02).

Nessas duas falas podemos perceber que há falta de condições para escoamento e ações públicas de fomento à produção e comercialização para que famílias possam produzir e terem onde vender seus produtos, para a garantia da renda familiar. Nessa medida as políticas públicas devem ser iguais e não desiguais para os produtores, como refletem Bergamasco e Delgado (2017, p. 10)



As políticas públicas do Estado brasileiro têm, em certa medida, refletido essa multiplicidade, mas os efeitos e eficácia delas têm sido bastante desiguais para os diversos segmentos de produtores. Nesse contexto, a unidade de produção familiar, que é em si um segmento bastante diversificado internamente, se destaca não apenas pela sua diversificação, mas pela sua capacidade de unificar a produção para o mercado com estratégias de reprodução familiar e de vida cultural e comunitária.

Sobre a distribuição ou divisão para ajuda na realização dos trabalhos na agricultura, as entrevistadas informaram que recebem apoio principalmente de parentes mais próximos, conforme trechos

Sim, sogra, cunhados, cunhadas. (Entrevistada 01).

Trabalho só com os meus filhos e filhas e muitas vezes trabalho sozinha (Entrevistada 02).

Para Alves (1997, p. 29) “as definições políticas da agricultura familiar tomam como base que a grande maioria das tarefas do estabelecimento são realizadas pela família. A mão de obra assalariada é um evento raro”, sendo está realizada praticamente em sua totalidade pela família, o que corrobora com este estudo de caso.

Quando perguntadas se consideram o seu trabalho na agricultura familiar importante e quem é o principal responsável pela prática da agricultura familiar em sua família, as mesmas informaram que

Eu acho muito importante porque eu ajudo significativamente com a renda mensal de minha família e porque sou a principal responsável pela prática da minha família devido os meus filhos estarem pequenos e o meu marido trabalhar para Abaetetuba (Entrevistada 01).

Meu trabalho na agricultura familiar é muito importante, pois dele retiro a farinha que vai para o consumo da família, além de retirar também o tucupi, a goma, a farinha de tapioca para a venda ajudando assim meu marido no sustento da casa. Eu sou a principal responsável do trabalho na agricultura familiar, pois meu marido trabalha em uma empresa de segurança e eu vou para o trabalho na agricultura, às vezes com meus filhos e outras vezes eu vou sozinha (Entrevistada 02).

Percebemos nas falas o importante papel da mulher na agricultura familiar da Comunidade de Itacupé, o qual contribuiu para visibilizar a atuação das mesmas nessa atividade, a qual foi favorecida também em função da ausência dos homens, devido estes trabalharem empregados, influenciando para que as mesmas se tornassem as principais encarregadas pela agricultura em suas propriedades. Tal cenário cabe reflexão, pois essa conjuntura em que as mulheres estão atuando como principais responsáveis pelas práticas agrícolas pode ser reflexo de uma situação temporária, proporcionada pela não presença das figuras masculinas na produção. Cabe pensar, caso o cenário mude, se prevalecerá da forma



atual ou se estabelecerá a comum e rígida divisão social e sexual do trabalho, como é mais comum em contextos rurais, que delimita as mulheres como meras ajudantes nos ambientes de produção.

Cabe refletir, nesse sentido, que as mulheres agricultoras historicamente têm buscado espaço e reivindicado suas demandas e visibilidade em relação ao trabalho que exercem na agricultura, conforme argumentam Paulilo e Boni (2017, p. 401) ao destacar que

A inquietação das mulheres rurais surgiu em muitos Estados do País, havendo semelhança quanto às reivindicações que diziam respeito, principalmente, aos direitos trabalhistas derivados do reconhecimento das agricultoras como “produtoras rurais”, não mais simplesmente como esposas ou “do lar”.

Assim, as mulheres agricultoras do Itacupé entram nesse contexto e também estão conquistando seus espaços como agricultoras. No entanto, é interessante que os direitos adquiridos sejam efetivamente acessados e que mais conquistas e reivindicações sejam atendidas visando uma reparação social, cuja construção se fundamenta na imposição da divisão de trabalho e gênero historicamente construída e fixada à sociedade, especialmente nas regiões rurais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que a agricultura familiar é de extrema importância para afirmação e valorização das singularidades identitárias, podendo favorecer a permanência das pessoas no campo, espaço o qual a mulher tem um papel importante para a manutenção do processo produtivo, contribuindo para intensificação da economia familiar e local, como no estudo de caso realizado na Comunidade Itacupé.

As mulheres agricultoras da Comunidade Itacupé vêm buscando garantir seu espaço na agricultura familiar como produtoras e trabalhadoras, e, de certa forma vêm conquistando direitos antes negados e hoje assumem importante papel e visibilidade em meio à produção de alimentos e soberania alimentar de suas famílias, mas ainda há necessidade de lutas e reivindicações para tais conquistas sejam efetivas em longo prazo.

Além disso, há a necessidade de maior investimento do poder público para fomento as atividades produtivas, escoamento e comercialização da produção, de forma que os frutos do trabalho que é realizado pelas mulheres agricultoras estudadas possam também servir como instrumento para a visibilidade econômica das mesmas.

Embora significativos avanços no campo tenham ocorrido, são necessárias também de ações que possam estimular o desenvolvimento local das comunidades rurais, como é o caso



da Comunidade Itacupé. Dentre as principais demandas estão a garantia ao acesso à educação, saúde, à terra e estímulo as atividades produtivas.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. A agricultura familiar. **Revista de Política Agrícola**, a. 6, n. 3, p. 28-32, jul-ago-set. 1997.

CORDEIRO, R. L. M.; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 419-423, maio-ago. 2007.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P.(Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M. Trabalho feminino na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII., 2004, Cuiabá. **Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER)**. Brasília: SOBER, 2004.

PAULILO, M. I. S.; BONI, V. Movimentos de mulheres agricultoras e ecologia. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 400-419.

PONTE, J. P. Estudos de caso em educação matemática. **Bolema**, São Paulo, v. 25, p. 105-132. 2006. Este artigo é uma versão revista e atualizada de um artigo anterior: Ponte, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, 3(1), p. 3-18. (re-publicado com autorização).